

Ensino Superior e IPCB: desafios, oportunidades, estrangulamentos e agradecimentos



Pedro Manuel Saraiva

Professor
Catedrático
da Universidade
de Coimbra
Ex presidente
da CCDRC
Deputado
à Assembleia
da República
pas@eq.uc.pt

Agradeço a oportunidade concedida de me associar a esta revista, que tão bem retrata o sentimento daquilo que o IPCB representa, em cada instante da sua vida. Faço-o com enorme prazer, juntando-me a todos aqueles que hoje mesmo querem saudar o IPCB na celebração de mais um seu aniversário. O que tenho para oferecer, enquanto merecida prenda de aniversário, é singelo mas sentido: uma breve reflexão sobre a relevância do Ensino Superior no mundo contemporâneo, seguida da análise do contributo das Instituições de Ensino Superior no combate a fortes assimetrias territoriais, e do modo como vejo o IPCB enquanto entidade vibrante, indutora do desenvolvimento não apenas em Castelo Branco, mas também na Beira Baixa e na Região Centro.

Relevância do Ensino Superior

A história do Ensino Superior é antiga, pois foi desde muito cedo visto como essencial para enfrentar alguns dos principais desafios da humanidade. Na sua actual configuração, enquanto sistema baseado em Instituições de Ensino Superior (IES) dotadas de autonomia, existe pelo menos desde 1088, ano de criação da Universidade de Bolonha, em Itália. Sendo de sublinhar o modo como as IES souberam enfrentar com resiliência as mudanças verificadas no mundo ao longo dos séculos, o que evidencia a sua qualidade e sabedoria organizacional, com que muitas empresas privadas podem aprender. De facto, o tempo de vida médio das empresas situa-se abaixo dos dez anos, por contraste com aquilo que sucede nas IES. Conforme evidenciado em estudo conduzido por Kerr (1982), existem somente 85 entidades actualmente que já existiam, essencialmente com os mesmos contornos, em 1520. E destes 85 gloriosos sobreviventes, cerca de 70 são justamente IES, com pelo menos meio milénio de vida constante, ininterrupta, permanentemente reajustada face às importantes evoluções verificadas na sociedade envolvente!

Se sempre assim foi, as últimas décadas mostram bem como a solidez do Ensino Superior é entendida enquanto factor determinante na construção de territórios ou países que desejam ter sucesso num mundo onde a competitividade é cada vez mais determinada pelo conhecimento. Assim se compreende o progresso enorme verificado no número de alunos que no mundo frequentam alguma das cerca de 20 mil IES existentes (Figura 1). Este número foi multiplicado por 7 ao longo destas quatro últimas décadas, o mesmo acontecendo em Portugal, que passou de 60 mil alunos (em 1974) para 390 mil alunos (em 2012). Porém, existem nações onde este factor multiplicativo foi bem maior, como é o caso da China, onde é superior a 100. O que ajudou a fazer com que

nos encontremos actualmente junto de uma barreira muito relevante, cifrada em 200 milhões de alunos do Ensino Superior repartidos por todos os Continentes.

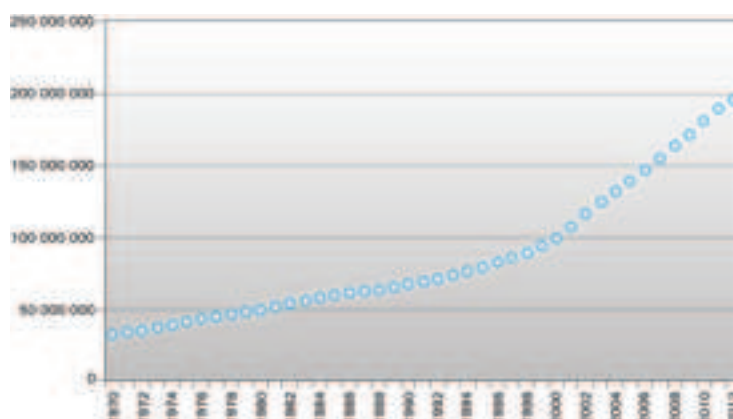


Figura 1 – Evolução do número de alunos do ensino superior entre 1970 e 2012 (dados do Banco Mundial).

Como resultado de todas estas dinâmicas, também o centro de gravidade do Ensino Superior se tem deslocado claramente para oriente, tanto em termos quantitativos como qualitativos. Face a uma Europa que tarda em agir ou reagir, que se encontra já ausente do grupo de 10 nações no mundo com maior número de alunos a frequentar o Ensino Superior em 2012 (Figura 2), um espaço onde China, Índia e EUA lideram, pois cada uma destas nações possui mais de 20 milhões de alunos neste nível de ensino.

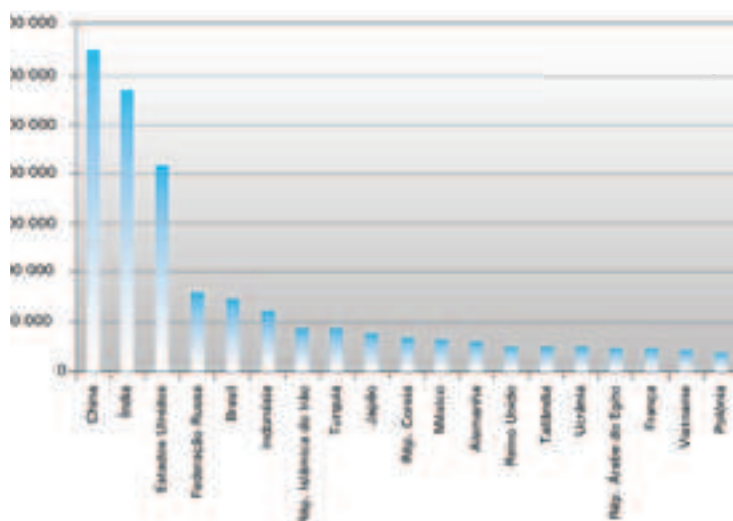


Figura 2 – Número de alunos do Ensino Superior em 2012 nos países com maior quantidade de alunos (dados do Banco Mundial).

Apesar do crescimento verificado em Portugal, a que já fizemos referência, mesmo face a uma Europa que em termos globais tem perdido posições em matéria de Ensino Superior, a verdade é que, de acordo com a métrica adoptada no âmbito da Estratégia EUROPA 2020, que corresponde à percentagem da população entre os 30 e os 34 anos com formação superior, os últimos dados disponíveis, referentes a 2013, evidenciam que pior do que nós (com 29%) só encontramos na União Europeia a Áustria, Eslováquia, República Checa, Malta, Croácia, Roménia e Itália. Fizemos, ao longo da última década (Figura 3), alguma ligeira convergência face à média da União Europeia, mas afastámo-nos ainda mais da Irlanda, onde mais de metade da população jovem já possui formação superior. Só por miopia podemos portanto conviver tranquilamente com um tão número reduzido de alunos do Ensino Superior, sendo mesmo patético ouvir dizer de quando em vez que Portugal já tem licenciados a mais. Pelo contrário, se queremos criar um verdadeiro modelo de competitividade, necessariamente sustentado em conhecimento, o caminho tem de ser exactamente o inverso, de rápida evolução para alcançar o objectivo assumido pelo nosso país até 2020, no sentido de vir a ter pelo menos 40% da sua população entre os 30 e os 34 anos com formação superior. Sem esquecer que, a essa data, tanto a Irlanda como outras nações possivelmente já estarão no escalão dos 60%, pelo que só com ritmos agressivos de progresso poderemos aproximar-nos deste pelotão da frente ou pelo menos alcançar a média da União Europeia!

Muito se fala, e bem, da necessidade de construção de ritmos de crescimento económico que não temos tido em Portugal pelo menos desde 2000, e que por isso mesmo nos posicionam, de acordo com os últimos dados EUROSTAT disponíveis, relativos a 2013, na última divisão do campeonato de geração de riqueza na União Europeia a 28 nações, aferido na capitação do PIB em paridades



Figura 3 – Evolução da percentagem de pessoas com 30 a 34 anos que possui formação superior (dados EUROSTAT).

do poder de compra. Em que ocupamos a 20ª posição, ficando somente atrás de nós um conjunto de países da Europa de Leste (Lituânia, Estónia, Polónia, Letónia, Hungria, Croácia, Roménia e Bulgária) pois os restantes (Eslovénia, República Checa e Eslováquia) também já nos ultrapassaram, como sucedeu com a totalidade dos países da Europa Ocidental. Posição de onde dificilmente sairemos sem uma forte aposta colectiva em Educação e Ensino Superior, como uma simples ilustração gráfica entre a qualificação superior da população jovem e a capacidade de geração de riqueza bem ajuda a evidenciar (Figura 4). Se queremos de facto voltar a ter crescimento económico gerador de empregos, não basta falar nisto, mas antes assumir prioridades inequívocas, tendo necessariamente de ser uma delas a consolidação do nosso Ensino Superior, com reforço da sua qualidade e alargamento da correspondente margem de intervenção. Conforme os dados apurados evidenciam, a menos de algumas situações atípicas, existe uma correlação significativa entre ambas as variáveis, o que significa que para o nível de qualificação superior da população jovem vigente em Portugal o mais provável é que continuemos a ficar, de acordo com o correspondente ajuste linear, com uma capitação do PIB inferior a 80% da média da União Europeia!

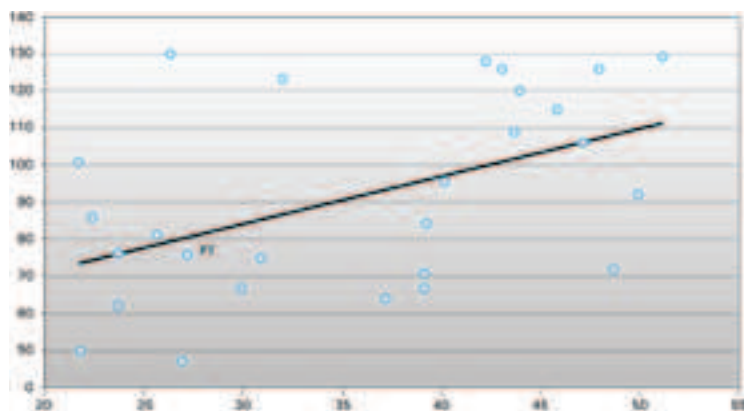


Figura 4 – Relação da capitação do PIB, em paridades do poder de compra face a um valor médio da União Europeia de 100 (ordenada) e percentagem da população entre os 30 e 34 anos com formação superior (abscissa), para os países da União Europeia, com valores relativos a 2012 (dados EUROSTAT).

Logo que reencontrado o equilíbrio das contas públicas, urge portanto eliminar o garrote financeiro que tem imperado sobre o nosso Ensino Superior, criando as condições imprescindíveis para que este se desenvolva, reforce a sua qualidade e possa enfrentar novos desafios. Com base numa sólida rede de IES, que cobre adequadamente todo o território nacional, será decerto possível recriar as trajectórias ambiciosas de evolução de que o país tanto necessita!

Importância do Ensino Superior no Interior
A história do Ensino Superior tem apontado sempre no sentido de as sociedades exigirem cada vez mais por parte das IES, ainda que depois tal não se traduza numa correspondente afectação de meios imprescindíveis para corresponder às expectativas existentes. Assim acontece quanto ao leque de missões das IES (Saraiva, 2008), que do meu ponto de vista incorporam, além das tradicionais, e da terceira missão, uma quarta, especialmente relevantes em territórios de baixa densidade, a saber:

- Formação de cidadãos capazes de contribuir para um adequado entendimento e transformação das sociedades, através

- das aprendizagens, do ensino e da formação, a múltiplos níveis;
- Criação de novo conhecimento, reconhecido enquanto tal a nível mundial, através da realização de actividades de investigação;
- Terceira missão, centrada na prestação de serviços a empresas, transferência de tecnologia, inovação e empreendedorismo, mais recentemente consagrada enquanto vertente complementar das anteriores (Saraiva 2013, 2014);
- Aquilo que apelido de quarta missão, que decorre do contributo das IES para o desenvolvimento local e regional, junto das comunidades onde se inserem, o que vai muito para além da vocação associada aos anteriores três pilares de sustentação das actividades de uma IES.

Esta última dimensão tem sido particularmente pouco cuidada em Portugal. Sintomas disso mesmo podem ser encontrados a múltiplos níveis, decorrentes de décadas de administração pública do Ensino Superior fechada em Lisboa, sem sensibilidade para os territórios. Pude comprová-lo em 2013, quando o CRUP amavelmente me solicitou que comentasse um estudo elaborado pela EUA-European University Association, sobre o Ensino Superior em Portugal (EUA, 2013). Confrontando este com o RJIES, foi-me possível do ponto de vista semântico constatar a quase total ausência de referências a regiões ou desenvolvimento regional no RJIES, por contraste com uma enorme diversidade de referências que constam do relatório da EUA, de muito mais elevado alcance estratégico e autêntica consagração da quarta missão das IES, ao contrário do que acontece no RJIES (Tabela 1). Estamos de facto perante duas visões diametralmente opostas sobre a relevância desta mesma quarta missão, sendo da maior importância que Portugal, enquanto nação mais centralista da União Europeia, aprenda com as recomendações

das agências internacionais sobre estas matérias, bem como com a vasta literatura existente sobre a contribuição das IES para o desenvolvimento regional.

Tabela 1 – Intensidade de presença de perspectivas territoriais no RJIES versus estudo sobre Ensino Superior em Portugal elaborado pela EUA.

	RJIES	EUA
Número Total de Palavras	23.767	18.955
Referências Relacionadas com Territórios	3	62
Referências a Desenvolvimento Regional	0	13

Para que o país possa esbater algumas das suas fortes assimetrias territoriais, que são conhecidas, conduzindo a demografias preocupantes (Figura 5), que o tempo vai agravar caso não exista uma forte inversão de tendências (Saraiva, 2013), há que ter a coragem de assumir políticas integradas de apoio aos territórios de baixa densidade. Onde se incluem naturalmente medidas de estímulo ao Ensino Superior nas zonas do interior, que aí desempenham um papel primordial na plenitude das quatro missões das IES, com especial realce para a referida quarta missão. Assim é e deverá continuar a ser cada vez mais.

São de facto inestimáveis os impactos para as economias locais e vitalidade dos territórios a existência nos mesmos de IES, como estudos recentes efectuados pelos nossos Institutos Politécnicos bem demonstram. Muitas vezes sentimos realmente o valor das coisas, bem como do que representam, quando somo confrontados com um cenário hipotético, ou infelizmente real, da sua ausência. Tendo visitado várias vezes as “Torres Gémeas” em Nova Iorque, para mim ficou muito mais claro o que representavam depois de ali ter regressado, em 2007, confrontando-me com a relevância do que ali já não estava... De igual modo, penso que ninguém consegue imaginar, a menos que em pesadelo, o que seria de um conjunto alargado de cidades

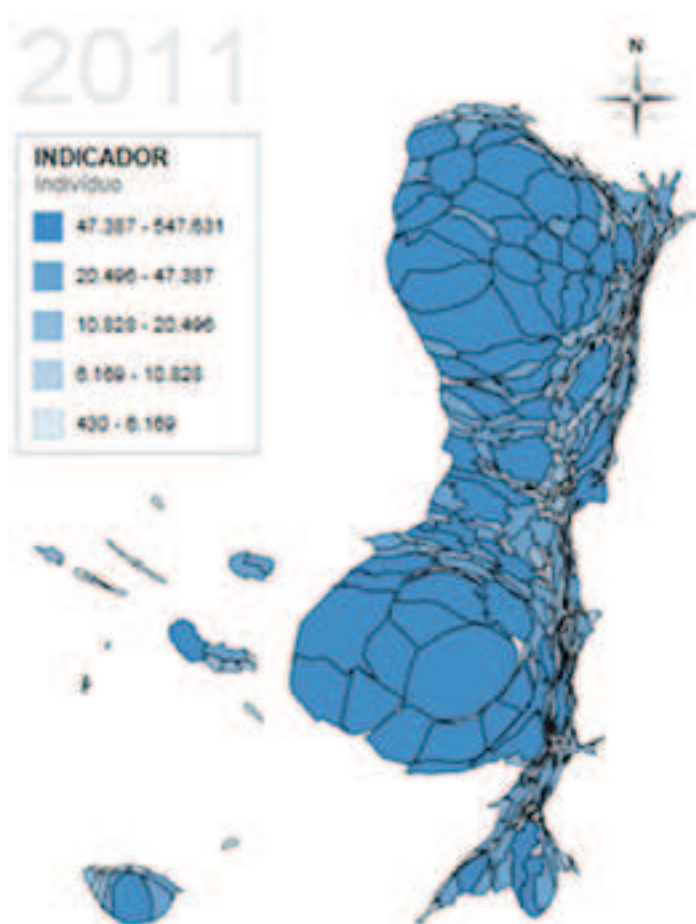


Figura 5 - O mapa de Portugal ponderado em área pela demografia (retirado do portal PORDATA).

do interior de Portugal sem a presença nas mesmas das suas IES, com tudo o que aí injectam em termos de juventude, dinamismo, actividades culturais, convívio intergeracional, além de inovação, empreendedorismo, crescimento económico, demografia ou geração de postos de trabalho. No ano do seu falecimento, a melhor forma de prestar tributo ao Professor Veiga Simão, que com a reforma dos anos 70 ajudou a gerar esta rede de Ensino Superior, consiste em reconhecer o seu contributo para uma evolução territorial menos assimétrica e mais harmoniosa do que teria acontecido face a uma manutenção da litoralização das IES. Ao mesmo tempo que solidariamente ajudamos a reforçar esta mesma rede, por mérito próprio e tudo aquilo que vai

continuar a fazer por Portugal.

A importância da presença de IES é tão elevada para o tipo de desenvolvimento que urge promover nos diferentes territórios, que foi esse mesmo um dos critérios que enquanto Presidente da Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional do Centro (CCDRC) sugeri que devia ser tido em consideração na reorganização das subregiões NUTS III do CENTRO de Portugal, com as correspondentes Comunidades Intermunicipais (CIM).

O que acabaria por fazer o seu caminho, uma vez que na Região Centro se evoluiu de 12 para 8 NUTS III, todas elas com valências de Ensino Superior dentro do seu próprio espaço.

Para que as IES, especialmente as que se localizam no interior, possam continuar a evoluir positivamente na afirmação da sua quarta missão, devendo ser por isso mesmo acarinhadas e apoiadas nesse desafio, importa que tenham em devida consideração o seguinte conjunto de sugestões:

- Aposta em soluções diferenciadas, face às ofertas existentes, onde possam efectivamente marcar a sua posição e ver tal reconhecido a nível nacional ou internacional;
- Consideração dos recursos endógenos de um determinado território envolvente enquanto fonte de especialização inteligente para as actividades desenvolvidas ou promovidas;
- Forte entrosamento com as comunidades locais onde se enquadram, com mobilização activa de todos os agentes relevantes, sendo que a este respeito a IES pode inclusivamente apresentar-se enquanto unidade aglutinadora;
- Utilização efectiva da quarta missão enquanto parte integrante, tão importante como as demais, da razão de ser destas IES.

Para que assim suceda, há que estimular e apoiar bons projectos alinhados com este tipo de preocupações, ou com a concretização mais abrangente de qualquer uma das missões das IES. Com um balanceamento equilibrado entre IES do interior e do litoral, do ensino universitário e politécnico. Algo que, do ponto de vista da afectação de fundos comunitários me apercebi que estava longe de acontecer, tendo tido orgulho em poder, enquanto Presidente da CCDRC, esbater algumas destas assimetrias, através da aprovação de candidaturas de elevada qualidade apresentadas pelos Institutos Politécnicos da Região Centro numa fase já de encerramento do Programa Operacional Mais Centro.

O Papel do IPCB

Celebram-se nesta ocasião os 34 anos de vida do IPCB, curiosamente com uma data de nascimento muito próxima da minha própria, ainda que eu conte com mais 16 anos de experiência...

Uma experiência muito gratificante em que, talvez por haver uma ligação afectiva de inspiração astrológica, além de afinidades de origens por estar eu ligado familiarmente à Beira Interior, tive o privilégio de me ir cruzando ou entrecruzando com a instituição, sendo por isso mesmo testemunha de que o IPCB:

- Através das suas seis escolas, dos mais de 4 mil alunos que possui, do seu corpo docente e demais colaboradores, tem imprimido uma forte dinâmica não apenas a Castelo Branco, mas a toda a Beira Baixa;
- Conta com alguns excelentes docentes e investigadores, com os quais tive já oportunidade de interagir, seja como professor, membro de júris de doutoramento ou simplesmente colegas,

daí guardando sempre gratificantes recordações;

- Tem ajudado a desenvolver um conjunto de iniciativas e infraestruturas científicas ou tecnológicas, cujo sucesso depende em muito da manutenção de uma forte ligação umbilical ao IPCB, como sejam o Centro de Apoio Tecnológico Agro-alimentar, o Centro de Empresas Inovadoras de Castelo Branco, a Incubadora de Empresas de Base Rural de Idanha-a-Nova, ou novas linhas de projectos de investigação ligados ao sector primário recentemente aprovadas a decorrer no Fundão;
- Demonstra ter uma forte capacidade para apresentar e gerir projectos de elevada qualidade, justamente merecedores da concessão de apoios associados à atribuição de fundos comunitários, como me foi possível testemunhar recentemente;
- Apresenta também uma impressionante cadência de actividades e iniciativas culturais, de grande mérito, que vão muito para além dos seus próprios muros;
- Dá cartas no modo como tem apostado na afirmação de uma cultura empreendedora, nomeadamente através de uma participação activa na iniciativa POLIEMPREENDE, ou no intercâmbio de estudantes a nível internacional, tirando partido do programa ERASMUS;
- Encontra soluções de liderança, onde incluo anteriores e o actual Presidente, que muito admiro e respeito, capazes de o conduzir da melhor forma nas suas diferentes fases de afirmação ao longo da vida.

Ambição Nacional

Como sempre defendi, e voltei a confirmar (Saraiva e Rosa, 2015), apostar na qualidade da Educação e do Ensino Superior é determinante para o futuro dos territórios. Tanto na Ásia como no Médio Oriente esta constatação na última década tem sido assumida enquanto evidência, com

um entendimento nas respectivas sociedades que é levado muito a sério, tanto pelas famílias como pelos partidos políticos, com pactos de regime sobre estas matérias, como sucede também na Irlanda.

Os resultados estão à vista de todos.

De acordo com os valores dos testes PISA de 2012, conduzidos pela OCDE, pela primeira vez a competência em matemática dos jovens de 15 anos encontra nas sete primeiras posições deste ranking regiões ou países asiáticos, com inclusão de Macau, em sexto lugar. Também em matéria de liderança da qualidade em IES, o ranking de Shangai relativo a 2014 mostra que entre as 100 melhores IES

do mundo a Europa contabiliza apenas 37, sendo que 5 são já asiáticas. De ano para ano tem-se assim vindo a assistir a uma perda de importância relativa da Europa neste tipo de campeonatos, determinantes das dinâmicas de progresso que cada parte do globo vai ou não ser capaz de gerar. Em boa medida, o acesso a esta primeira liga de IES decorre dos níveis de investimento globalmente assumidos por cada nação no seu sistema de Ensino Superior. Sendo um erro pensar-se que a concentração de meios num número reduzido de IES pode produzir tais resultados. Os estudos que tenho vindo a efectuar (Saraiva e Rosa, 2015) provam exactamente o contrário. Só com níveis médios de financiamento por aluno, em todo o país, situados acima dos 15 mil USD em paridades do poder de compra (isto é, mais 60% do que o valor nacional), é que se torna viável esperar ter alguma IES entre as 100 melhores do mundo. Esta é aparentemente uma condição necessária e suficiente. Pois praticamente todos os países com esse nível de financiamento estão representados no top 100 (existe somente uma excepção), ao mesmo tempo que quase nenhum país situado abaixo desse patamar o consegue

fazer (há apenas duas exceções deste tipo). Esperemos que em breve tanto a Europa como Portugal despertem para estas evidências objectivas, absolutamente decisivas quanto ao nosso futuro colectivo.

Parabéns!

O futuro conta, e muito, com o IPCB. Nem Castelo Branco, nem a Beira Baixa, ou a Beira Interior, a Região Centro ou mesmo o País seriam o que são hoje sem estes 34 anos de profícua existência da instituição. Com uma qualidade que se traduz em diferentes níveis, a que não é alheia a circunstância de o IPCB ser regularmente o Instituto Politécnico do interior com maior procura nos concursos nacionais de acesso. Sem ele, todos ficaríamos muito mais pobres no presente e no futuro. Este sentimento de irreversibilidade da existência, enquanto organização, é o melhor tributo que todos podemos prestar a uma instituição que nos habituou a corresponder ou exceder mesmo as expectativas que temos em relação a ela. Parabéns por mais este aniversário, e que a estes 34 anos de sucesso se sigam outros 34, de muitos e válidos contributos para a cidade, a região, o país e o mundo. Que assim agradecem o resultado do esforço e criatividade de todos quantos passaram, estão ou vão estar ao serviço do IPCB, fazendo parte da sua comunidade, seja

enquanto alunos, docentes ou funcionários. A Região Centro e Portugal reconhecem-no, e eu, por tudo aquilo que vi e vejo no IPCB, associo-me plenamente a estes bem merecidos parabéns!

Referências Bibliográficas

- EUA – European University Association, “Portuguese Higher Education: a view from the outside”, CRUP, Portugal (2013).
- Kerr, C., “The uses of university”, Harvard University Press, EUA (1982).
- Saraiva, P. e M. Rosa, “Quality Management in Higher Education”, capítulo da The SAGE Encyclopedia of Quality and the Service Economy, editada por Su Mi Dahlgaard-Park, SAGE (2015).
- Saraiva, P., “Coesão Territorial: uma prioridade para Portugal, um desafio à Engenharia”, *Ingenium*, Março/Abril de 2014, p. 28-29 (2014).
- Saraiva, P., “Empreendedorismo: do conceito à aplicação, da ideia ao negócio, da tecnologia ao valor.”, *Terceira Edição, Imprensa da Universidade de Coimbra, no prelo, Coimbra (2014).*
- Saraiva, P., “Uma Visão Integrada, Baseada na Experiência, do Papel Empreendedor das Instituições de Ensino Superior”, capítulo de Dana Redford (Editor), *Handbook de Educação em Empreendedorismo no Contexto Português*, p. 163-190, Universidade Católica Editora, Porto (2013).
- Saraiva, P., I. Coelho e M. Rosa, “Economia do Conhecimento e Instituições de Ensino”, *Sociedade Portuguesa de Inovação*, 160 páginas, Porto (2008).